

RESUMO

Neste trabalho enfocaremos o Projeto Residência Agrária Jovem em resposta ao Edital lançado pela parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Consideramos assumir o desafio de despertar o protagonismo da Juventude Camponesa com exercícios de reflexão e compreensão qualificada dos conhecimentos relevantes à vida nos seus mais variados espaços, como na família, no trabalho, nas organizações, nas escolas, nos grupos de jovens, nos movimentos sociais, e como é tratado nestes espaços necessidades e demandas comuns dos jovens, em um contexto de pobreza, desigualdade e exclusão. Aprofundamos temas da Reforma Agrária, Autonomia e Soberania Alimentar, Sujeitos Coletivos de Direitos em Movimentos Participativos e Cooperativos na Conquista e Garantia de Seus Direitos, buscando o respeito aos Ecossistemas, Saberes e reprodução de Vida em detrimento de apelos de mercados. O coletivo foi organizado em 4 Núcleos Territoriais (NT). Apresentaram-se marcos teórico como Concepções de Estado e Movimentos Sociais do Campo, Socioeconomia Solidária, Empreendimentos Econômicos Solidários para seguir com levantamentos de necessidades comuns e simulações de construções de coletivos de trabalho. O Projeto proporcionou intervenções de acordo com a necessidade do local de moradia de cada jovem. Com práticas de horta comunitária com manejo agroecológico, cineclubismo popular e Associativismo e cooperativismo. Concluímos que o Projeto Residência Agrária UnB possibilitou a ocupação de espaços políticos, formativos e organizativos de comunidades atendidas, proporcionando aos jovens do campo um nível de elevação na formação e consciência política.

Palavras-chave: Educação do Campo. Consciência Política. Cooperação.

ABSTRACT

In this work we will focus on the Young Agrarian Residence Project in response to the Public Notice launched by the partnership between the National Youth Secretariat (SNJ), the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (Incra) and the National Council for Scientific and Technological Development (CNPQ). We consider taking on the challenge of awakening the role of Peasant Youth with exercises of reflection and qualified understanding of knowledge relevant to life in its most varied spaces, such as in the family, at work, in organizations, in schools, in youth groups, in social movements, and how the common needs and demands of young people are addressed in these spaces, in a context of poverty, inequality and exclusion.

We delve deeper into themes of Agrarian Reform, Food Autonomy and Sovereignty, Collective Subjects of Rights in Participatory and Cooperative Movements in the Conquest and Guarantee of Their Rights, seeking respect for Ecosystems, Knowledge and reproduction of Life to the detriment of market appeals. The collective was organized into 4 NT (Territorial Nuclei). Theoretical frameworks such as Conceptions of State and Rural Social Movements, Solidarity Socioeconomy, Solidarity Economic Enterprises were presented to follow up with surveys of common needs and simulations of construction of collective work. The Project provided interventions according to the needs of each young person's place of residence. With community garden practices with agroecological management, popular cineclubism and Associativism and cooperativism. We conclude that the UnB Agricultural Residency Project made it possible to occupy political, training and organizational spaces in the communities served, providing rural youth with a level of elevation in training and political awareness.

Keywords: Field Education. Political Consciousness. Cooperation.

Submetido em: 02 de nov. 2022

Aceito em: 26 de jan. 2023

JUVENTUDE E ASSOCIATIVISMO – ESTUDO DE CASO DO PROJETO RESIDÊNCIA AGRÁRIA JOVEM UNB DO EDITAL MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014**YOUTH AND ASSOCIATIVISM – CASE STUDY OF THE UNB YOUTH AGRARIAN RESIDENCY PROJECT OF THE MCTI/MDA-INCRA/CNPQ Nº 19/2014 NOTICE**

Vicente de Paulo Borges Virgulino da Silva^{1,*} /
Edneide Soares da Rocha²

Introdução

O processo migratório humano se apresenta com as mais diversas causas, mas que objetivamente se explica pelo anseio de melhores condições de vida, seja por acesso a alimentos, trabalho, até busca de serviços como saúde, escola e transporte. Pode também ser explicada por fuga de desastres naturais.

¹Instituto Federal de Brasília - IFB, DF – Brasil.

²Universidade de Brasília – UnB, DF – Brasil

*E-mail para correspondência: 1802298@etfbsb.edu.br

O modelo desenvolvimentista brasileiro deflagrado em especial no governo de Juscelino Kubitschek, com a abertura econômica para o capital internacional, impactou decisivamente o modelo de campo e da agricultura brasileira. As consequências desse processo podem ser observadas pelo avanço das favelas em grandes centros urbanos, originadas em grande medida de êxodos rurais, acompanhadas de desempregos gerados pela falta de habilidade desse contingente aos novos postos de trabalho, acompanhado de um processo ainda mais perverso de desterritorialização e perda de identidade camponesa.

Esse processo de urbanização e esvaziamento do campo encontra apoio na medida em que não se reconhece sujeitos coletivos de direitos do campo, que encontram sua materialidade histórica de origem e de reprodução social no campo.

Conforme dados do Censo do IBGE/2010 (DULCI, 2017), 1.000.000 de jovens migraram para cidade nos últimos 10 anos. O modelo capitalista neoliberal, para a sua reprodução e crescimento, necessita sempre de reserva de mão de obra desqualificada e barata, para garantir lucros a partir da exploração de ‘Trabalho’, em processos de ‘mais valia’, em especial em cenários de escassez de recursos, quando a agricultura monocultural destrói reservas naturais, próprios do modelo do grande agronegócio de commodities, tendo como base tecnológica o tripé da ‘Revolução Verde’ (mecanização, agroquímicos e organismos geneticamente modificados).

A agricultura familiar por sua vez é desconsiderada. Já se tem dados que essa categoria sócio-política é a principal responsável pela comida que chega às mesas das famílias brasileiras, respondendo a cerca de 70% dos alimentos consumidos em todo o País².

Para reproduzir estrategicamente o capital, assumindo aparelhos ideológicos de Estado, argumentamos que o processo educativo hegemônico do modelo capitalista adotado nas escolas, formador de consciência política intencional e não neutra, reproduz a hierarquia, a individualidade, a competitividade, e a cultura da não participação na construção do conhecimento, alienando o sujeito da sua própria história.

O desenvolvimento sustentável e solidário que buscamos se dá na medida de superação dessa formação individualista, uma formação para a responsabilidade própria dentro de um contexto social concreto. Uma práxis educativa em evolução.

A Educação do Campo, nossa experiência analítica aplicada neste trabalho, surge como uma categoria política de educação em um ambiente de disputa de classe e da ideia de sujeitos coletivos de direitos, bem aportados por Molina e Arroyo, onde:

[...] Temos que defender o direito à educação como direito universal, mas como direito concreto, histórico, datado, situado num lugar, numa forma de produção, neste caso da produção familiar, da produção agrícola do campo; seus sujeitos têm trajetórias humanas, de classe, de gênero, de etnia, de raça, em que vão se construindo como mulheres, indígenas, negros e negras, como trabalhadores, produtores do campo [...] Os movimentos sociais nomeiam os sujeitos de direitos. Esses sujeitos têm rosto, têm gênero, têm classe, têm identidade, têm trajetórias de exploração, de opressão. Os movimentos sociais têm cumprido uma função histórica no avanço dos direitos, com seus rostos de camponês, trabalhador, mulher, criança. Sujeitos coletivos concretos, históricos (ARROYO, 2006 apud MOLINA, 2008, p. 28).

²O pequeno agricultor ocupa hoje papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%) são alguns grupos de alimentos com forte presença da agricultura familiar na produção (SANTOS e DALBIANCO, 2022).

Segundo Sá (2009), desde o início da década de 2000, a partir das lutas dos movimentos sociais do campo e da sociedade civil organizada, surgem novas possibilidades organizativas demandando novas políticas públicas. Já Santos (2009) classifica em três grandes ciclos as lutas por direitos sociais dos movimentos do campo, onde surge no primeiro momento o direito à educação vinculada ao movimento por reforma agrária, num segundo momento observa-se avanços nas políticas públicas e nas conquistas dos movimentos sociais do campo, e o terceiro ciclo, que se caracteriza pela tentativa de criminalização dos movimentos sociais, desconsiderando e desqualificando os sujeitos do campo como sujeitos de direitos.

Os movimentos reais de controle e o atendimento a novas demandas de necessidades sociais propiciam surgimento de novas percepções, que por sua vez faz emergir novos conhecimentos que naturalmente mostram-se contrários a um status quo, gerando, portanto conflitos que, segundo Coser (1961), é uma categoria central e parte fundamental e constitutiva da organização social, onde o processo social é uma incessante reação de pessoas movidas por interesses que se ordenam em conjuntos cooperativos, os quais nestes se incluem elementos de conflito, que podem por sua vez entrar em conflito com outros conjuntos, onde dessa oposição aberta se eliminam os protestos, e, por parte do elemento dominante, gera-se uma sociedade vigorosa e hegemônica.

Considerar a Juventude Camponesa é assumir o desafio de despertar o protagonismo desse sujeito histórico, onde o próprio jovem dá conta de refletir e compreender qualificadamente os conhecimentos relevantes à vida nos seus mais variados espaços, como na família, no trabalho, nas organizações, nas escolas, nos grupos de jovens, nos movimentos sociais, e como é tratado nestes espaços necessidades e demandas comuns dos jovens, em um contexto de pobreza, desigualdade e exclusão.

Na formação desses sujeitos temos que considerar uma realidade moldada pela ausência de tecnologias apropriadas a agricultura familiar, a contraposição a um campo com máquinas versus gente, com concentração de terra, com condições de desigualdades instaladas. Que por sua vez se pauta pela diversidade, identidades e saberes.

Portanto, temas como Reforma Agrária, Autonomia e Soberania Alimentar, Sujeitos Coletivos de Direitos em Movimentos Participativos e Cooperativos na Conquista e Garantia de Seus Direitos, são necessários em processos Educativos e que se apoiam na Construção do Movimento Agroecológico, respeitando Ecossistemas, Saberes e reprodução de Vida em detrimento de apelos de mercados.

Esse movimento por sua vez evolui para superação da dicotomia campo-cidade, onde se garante os aparelhos de Estado no campo, urbanizando-o, como também melhor entendendo as funcionalidades do *continuum rural*³, desvelando equívocos censitários de espaços territoriais que são essencialmente rurais, e que são categorizados como municípios urbanos.

Em um movimento contraditório, dentre os avanços e conquistas dos Sujeitos do Campo, em espaços de disputas de políticas públicas, destaca-se o PROCAMPO⁴, o PRONERA⁵ e em se tratando da Juventude Rural, foco desse

³“Problemas na definição do que seja rural e urbano no Brasil surgem a todo o momento. A vigência de uma legislação anacrônica (Decreto-lei 311 de 1938) e a imprecisão na delimitação das linhas de perímetro urbano dos municípios criam distorções evidentes do ponto de vista territorial. Ademais, as mudanças que ocorreram no meio rural brasileiro a partir da década de 1980, com uma maior diversificação econômica e a formação de espaços multifuncionais, imprimiram ao campo um novo significado. Percebe-se que as recentes configurações econômicas e sócio-espaciais brasileiras exigem recortes espaciais mais condizentes com a realidade” (Douglas Sathler dos Reis, 2006) (<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1492/1457>). Último acesso 09/09/2022.

⁴Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (<http://portal.mec.gov.br/tv-mec>). Último acesso 09/09/2022.

artigo, apontamos a Política Nacional de Juventude, onde em seu conjunto de ações e espaços institucionais propuseram reestruturação de algumas políticas públicas como o PRONAF Jovem e a linha de crédito Nossa Primeira Terra, o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), além do surgimento do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur). Outras políticas educacionais avançaram, como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (MOURA et al, 2022).

Podemos também citar como ações da Secretaria de Juventude Rural, ainda nos governos do Partido dos Trabalhadores, a Inclusão Digital para a Juventude Rural; Pontões de Cultura para a Juventude Rural (SNJ/MinC); Estações Juventude Itinerantes (SNJ); Residência Agrária Jovem (Incra/SNJ/CNPq); Programa de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para a Juventude Rural (MDA/CNPQ); Acordo de Cooperação Técnica para o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (SG/MDA/MinC/MiniCom/Incra e Conab); Curso de Formação para a Agricultura Familiar desenvolvido em parceria pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal da Fronteira Sul; Curso de Formação Agroecológica e Cidadã com Geração de Renda para a Juventude Rural (SNJ); Articulação de Grupos de Economia Solidária e Inclusão Digital para a Juventude Rural (Mini-Com).

A grande parte dessas ações obedece à lógica hegemônica neoliberal do Estado brasileiro, adotando práticas afirmativas de políticas públicas, e que atenderam momentaneamente direitos historicamente negados, e que devido esse caráter se apresentam como editais públicos e universais, e não como práticas permanentes de processos formativos.

Neste trabalho enfocaremos o Edital lançado pela parceria entre a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), com o nome de Residência Agrária Jovem.

A chamada pública ficou aberta em novembro de 2014 e foi voltada para projetos que beneficiaram jovens de 15 a 29 anos, estudantes de nível médio, visando contribuir para o desenvolvimento dos assentamentos de Reforma Agrária, da agricultura familiar e comunidades tradicionais. Os projetos deveriam ter foco na inovação tecnológica com ações de experimentação, validação e disponibilização participativa de tecnologias.

As propostas de trabalhos apresentadas no edital, além de propor ações voltadas ao desenvolvimento dos assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), contemplaram os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação do Campo e do Pronera (7.352/2010), da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010) e do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (Pajur), da Secretaria Nacional da Juventude.

Dentre as trinta e quatro propostas aprovadas no edital, retrataremos aqui a experiência do projeto coordenado pela Professora Doutora Eliene Novaes Rocha, da Universidade de Brasília.

⁵Em julho de 1997, foi realizado o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (Enera) na Universidade de Brasília (UnB), organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o evento teve apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria N°. 10/98, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), vinculando ao Gabinete do Ministro e aprovou o seu Manual de Operações (<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/programa-nacional-de-educacao-na-reforma-agraria.pdf/view>). Último acesso 09/09/2022.

O nosso ciclo de formação iniciou com um Seminário denominado “Conexões Jovens” seguidos de oficinas nos Núcleos Territoriais, sobre Teatro, Arte e Cultura; Estudos e aprofundamento; e Monitoramento das ações de Tempo Comunidade. Neste artigo enfocaremos duas Oficinas realizadas de Associativismo e Cooperativismo.

O desafio se deu em potencializar o debate da organização coletiva da juventude para buscar alternativas para as questões problemas que eles enfrentam no seu cotidiano, nos assentamentos e nos acampamentos.

O grupo de Jovens do Campo selecionados se mostrou bastante heterogênea, com realidades e experiências diversas, com perfis de limitada atuação política, ou com experiências frustradas no que tange o trabalho coletivo.

O coletivo foi organizado em 4 Núcleos Territoriais (NT), sendo eles: NT Nordeste Goiano (Virgândia - com 6 participantes); NT Kalunga (com 16 participantes, envolvendo Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás); NT DF Sul (com 12 participantes, envolvendo Padre Bernardo, Brazlândia e Luziânia); NT Planaltina DF/GO (com 17 participantes). O projeto foi totalmente realizado em articulação com a CONTAG, MST, MMC e Associação Epotecampo (Kalunga).

Foram realizadas duas oficinas de Associativismo e Cooperativismo: 1) em Cavalcante, envolvendo 16 jovens, no dia 21 de novembro de 2015 e 2) na Faculdade UnB de Planaltina com a presença dos 3 NT's: Nordeste Goiano, Planaltina e DF Sul, num total de 34 participantes no dia 28 de novembro de 2015.

Da Intencionalidade da Proposta Pedagógica

Buscando diálogos com teorias pedagógicas apoiados em princípios da Educação do Campo, entendemos as particularidades desses sujeitos concretos, que apesar de necessitar da dimensão universal da educação, apresentam determinadas condições sociais específicas caracterizadas pela pobreza, degradação da qualidade de vida, desigualdade social e exclusão, fruto da implantação do modelo capitalista de produção no campo (MOLINA, 2008).

As discussões contemplaram nosso contexto conflituoso, contraditório e complexo, apontando fatores como globalização econômica, inovações tecnológicas e novos modos de organização do trabalho, como mudanças estratégicas de acumulação de capitais e manutenção de uma ideologia hegemônica, influenciando diretamente em políticas sociais que frequentemente desconsideram métodos de educação colaborativos e que promovam valores sociais mais justos.

A formação de consciência política e a formação do sujeito coletivo foram contempladas como condição para movimentos cooperativos neste trabalho, por entender que estes se ancoram em identidades coletivas a partir das subjetividades dos sujeitos, interesses e necessidades comuns.

Relações entre consciência política e movimentos cooperativos

Buscamos neste trabalho melhor compreender como indivíduos se inserem em seus grupos sociais, em uma perspectiva intencional de um processo educativo que não se limita a feitos individuais.

A formação do sujeito coletivo se dá na medida em que se amplia a percepção da formação de consciência política de pertencimento dos sujeitos a grupos sociais. A análise se dá de forma crítica, reflexiva e contextual, onde

a identidade coletiva, a solidariedade de um grupo e o comprometimento político são continuamente forjados – moldados, destruídos e remodelados – em consequência de conflitos no decorrer dos quais partidos políticos, escolas, sindicatos, igrejas, jornais, exércitos e empresas procuram impor às massas uma determinada visão de sociedade [...] O comportamento político dos indivíduos somente pode ser compreendido na articulação histórica concreta com esses conflitos, pois as características específicas tornam-se causas de atos individuais quando estão inseridas em uma estrutura definida, imposta às relações políticas em um dado momento da história (PRZEWORSKI, 1989, p. 118).

Foram intencionalmente discutidos temas como divisão social do trabalho, relações de autoridade e poder do sistema político e produtivo, bem como influência de padrões culturais e de consumo. A não participação política ou isenção nas tomadas de decisões, seja por comodismo ou medo da responsabilidade, revela a inconsciência e o grau de alienação da pessoa. Essa retomada de consciência passa pelo processo de educação, de forma solidária e democrática.

A categoria que une educação e cooperação é o trabalho (referencia marxista de humanização e aprendizagem). A pedagogia da Práxis surge a partir de necessidades concretas, os seres humanos vivenciam trabalho cooperativo e educação.

Sentidos de Cooperação - A Perspectiva Teórica de Cooperação

As “teorias da cooperação” nos baseiam diversos movimentos de organização social na história da humanidade. *Contempla todas as dimensões da vida humana*, tendo o cooperativismo se caracterizado pela sua inserção na economia, priorizando essa dimensão e se adaptando aos diversos modos de produção e regimes de governos.

Se ampliando e superando o sentido de estrutura organizacional ou empresa, a cooperação surge como *fenômeno de ajuda mútua*, presente nos diversos povos e em todas as épocas (ANDRIOLI, 2007, p. 33-35).

Essa relação entre humanos se apresenta como uma *ação consciente* de sua incapacidade de resolver problemas individualmente, construindo a partir dessa *percepção relações de sociabilidade e de trabalho* (idem, p. 35).

Propondo romper a exploração do homem pelo homem, Andrioli (2007, p. 37) aponta que “*é a partir da forma de organização que podemos contribuir para modificar as estruturas de dominação da sociedade, construindo novas relações entre as pessoas*”.

Além do caráter organizativo a ação cooperada ainda se apresenta como potencial educativo e que propicia uma democracia participativa. Nesse sentido, Andrioli (idem) citando Marx (1973), reconhece o movimento cooperativo como força transformadora da sociedade atual, onde o sistema de subordinação do trabalho ao capital pode ser suplantado pelo sistema republicano da associação de produtores livres e iguais (SILVA, 2012).

Neste trabalho desenvolvemos intencionalmente uma *estreita ligação entre educação, formação de valores cooperativos e formação de consciência política*. Essa indissociabilidade encontra apoio em Andrioli quando esse anuncia que

o cooperativismo é decorrente de uma necessidade comum entre pessoas e da consciência de superação conjunta de problemas, com vistas à obtenção de benefício aos que cooperam. Para que ocorra o cooperativismo, portanto, são necessárias condições objetivas e subjetivas. A condição objetiva é a situação vivenciada geradora de problemas; a condição subjetiva é a tomada de consciência de que os problemas são comuns e de que, com a união, é possível superá-los, proporcionando vantagens mútuas. O processo de tomada de consciência e de organização é educativo, gerando conhecimento e sociabilidade (ANDRIOLI, 2007, p. 40)..

Assim como o trabalho, a educação surge como o processo de humanização, se diferenciando deste na medida em que se questiona sobre a finalidade do que é humano e construindo consciências que possam, livremente, optar e se responsabilizar pelas suas ações.

Neste aspecto Andrioli (2007, p. 42) afirma que “a educação está fundada no meio social onde ela atua e por isso não é neutra: pode atuar como promotora do meio ou contribuir para a sua superação”.

“Da mesma forma, a educação pode reproduzir ou transformar relações de poder ou novas formas de sociabilidade, validando ou modelando estruturas sociais, a partir da geração de consciências e formação da cultura humana” (SILVA, 2012).

Concordando com os autores Maturana (1999) e Andrioli (2007, p. 43), podemos afirmar que a cooperação, assim como a educação, está na raiz da sociabilidade, são frutos da prática social, da cultura humana. Como tal não possuem um local de início definido e permanecem inacabadas, assim como a própria história humana.

Andrioli quando trata da consciência do humano e seu inacabamento de construções sociais e sua capacidade de aprender, propõe condições para uma educação que crítica e reflexiva para defrontar necessidades e conflitos concretos vivenciados pelos humanos, promovendo capacidades de soluções a partir de seus coletivos. Onde aponta que

[...] a aprendizagem é um processo cooperativo e a cooperação volta a ser um permanente processo de aprendizagem: a prática social da convivência humana. O cooperativismo carece do espaço educativo para se reproduzir e a educação, baseada na convivência, decorre das relações cooperativas das pessoas (ANDRIOLI, 2007, p. 44-45).

Andrioli (2007, p. 201-208) aponta conclusões importantes para discussões. A primeira é a discussão sobre a cooperação, formas de organização coletivas, bem como vivenciar experiências de organização de cooperativas nas escolas. A segunda trata de revelar, aprofundar e compreender as contradições das realidade vivenciadas, e por fim a terceira busca desenvolver novas relações sociais, intencionando a formação de consciência de grupo. Como resultado busca-se mudanças no comportamento dos alunos, privilegiando à participação, organização e responsabilidade em grupo.

A conscientização e a mobilização coletiva são a resistência e a mudança da condição de coisas-pessoas para o protagonismo da recuperação da liberdade e do sentido do poder em benefício da maioria.

A formação da consciência política e participativa, partindo do sujeito-indivíduo, formando consciências e identidades coletivas, promove novos grupos com diferentes percepções da realidade, e com ações-reflexões coletivas e solidárias, melhor compreendemos nossa realidade concreta e histórica em benefício da coletividade. Nossa análise se fez no processo formativo dos 50 jovens contemplados no Curso Residência Agrária Jovem.

Da Prática Pedagógica

Foram trabalhados os textos: Concepções de Estado e Movimentos Sociais do Campo (GENTIL, 2011); Socioeconomia Solidária (ZART, 2011) e Empreendimentos Econômicos Solidários (VAILANT, 2011). Esses temas contribuíram com conceitos e construções teóricas desde a ideia de construção do Estado ampliado de Gramsci, até o movimento contra hegemônico e de disputa de Movimentos Sociais na disputa de garantia de direitos coletivos. Seguindo de práticas de Empreendimento Solidários, viabilizando técnica, social e economicamente ações de sujeitos coletivos.

Em um segundo momento foi realizado, a partir de levantamentos imediatos de necessidades comuns, simulações de construções de coletivos de trabalho, se definindo objetivos, fóruns, denominações de razões sociais, estatuto, e representações de assembleia geral, diretoria administrativa, conselho fiscal, comitês e setores de trabalho. Para essa oficina foi lançado mão da cartilha: ASSOCIATIVISMO - União de pessoas por um objetivo comum - Projeto Gerart (CIELO, 2009).

Resultados concretos sistematizados pelos os relatores

Os jovens quiseram atender as demandas das comunidades onde os mesmos moravam. Assim, decidiram pensar, estudar e planejar coletivamente com as famílias de cada comunidade, para daí decidir metodologias para executar os projetos de intervenções de acordo com a necessidade do local de moradia de cada jovem. Sendo assim, o Núcleo Territorial (NT) Planaltina executou as oficinas de monitoramento e acompanhamento de forma itinerante, atuando em todas as comunidades de atuação do NT Planaltina.

Os jovens participaram de processos formativos com temáticas diversificadas articuladas conforme a escolha do tema para cada projeto de intervenção. Os jovens do Acampamento Roseli Nunes trabalharam o tema da horta comunitária com manejo agroecológico. Os jovens do Assentamento Pequeno William optaram pelo o cineclubismo popular. Os jovens do Assentamento Itaúna escolheram o teatro. Os jovens do Acampamento 8 de março decidiram pelo o tema do Associativismo e cooperativismo.

Foi apontado e discutido que todas as temáticas escolhidas promoveriam necessariamente a ideia da necessidade da organização e do trabalho coletivo, e que, portanto torna-se importante a construção da consciência coletiva para as ações coletivas, mesmo não se considerando a princípio a institucionalidade de associação ou cooperativa.

A partir da definição do tema dos projetos de intervenção, os jovens do Acampamento 8 de março que optaram pelo o associativismo, organizaram e participaram de várias reuniões, assembleias e roda de prosa quinzenais com e as famílias acampadas, construíram coletivamente os documentos necessários para abertura e registro da associação. Essa experiência abarcou todos os jovens do acampamento 8 de março, inseridos no Projeto Residência Agrária Jovem, que por sua vez assumiram as responsabilidades nos cargos de conselhos de administração, diretorias e setores de trabalho da Associação.

Esse trabalho foi fundamental para os jovens do acampamento 8 de março ocupar os espaços políticos, formativos e organizativos do acampamento e do MST, assim como, assumir tarefas na militância, fazer intercâmbio de vivência entre países, participar de acampamentos estaduais e nacionais da juventude, bem como fazer ações e inserções, ocupando espaços na universidade, e em cursos superiores.

Entendemos assim que o Projeto Residência Agrária Jovem proporcionou aos jovens do campo um nível de elevação na formação e consciência política.

Em última análise, a consciência política de Sujeitos Coletivos de Direitos materializa o movimento de denúncia e cobrança de garantia de direitos, em especial a promulgada na Lei 12.852/13. Essa lei institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Nesse sentido, Sguarezi *et al* (2016) destacam o Art. 15, que prevê a ação do poder público na efetivação do direito do jovem à profissionalização, ao trabalho e à renda, e contempla a adoção das seguintes medidas:

I - promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação;

VI - apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais, por meio das seguintes ações:

a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;

b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo sustentável;

c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;

d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;

e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;

f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural.

“Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética”.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLI, A. I. **Trabalho coletivo e educação**: um estudo das práticas cooperativas do PCE – Programa de Cooperativismo nas Escolas – na região Fronteira Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2. ed. – Ijuí : Ed. Unijuí, 2007. - 264 p.

CIELO, I. D. et al. Associativismo - **União de pessoas por um objetivo comum**. Projeto Gerart / Empreendedorismo, 2009.

COSER, L. A. **Las Funciones Del Conflicto Social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1961.

DULCI, L. **Teoria e Debate** - A juventude rural e o futuro da agricultura familiar no Brasil. In <http://www.teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/sociedade/juventude-rural-e-o-futuro-da-agricultura-familiar-no-brasil>, último acesso 07/06/2017.

GENTIL, H. S. **Concepções de Estado e Movimentos Sociais do Campo**. In Caderno Pedagógico I. Educação do Campo. Formação e Desenvolvimento Comunitário. Editora UNEMAT, 2011, Série Sociedade Solidária, Volume 1, N° 1.

MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Tradução de José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MOLINA, M. C. A Constitucionalidade e a Justicabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: FERNANDES, B. M. (et al.); SANTOS, C. A. **Por uma Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação**. V.7; Brasília: INCRA; MDA, 2008; 109 p.

MOURA, J. T. V.; SILVA JÚNIOR, M. A. F.; SILVA, J. A. **Da invisibilidade à ação no campo político: dinâmicas da juventude rural nos processos participativos das Conferências Nacionais.** O Social em Questão - Ano XXIV - nº 51 - Set a Dez/2021, pg 271 – 300. In <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54067/54067.PDF>. Último acesso 09/09/2022.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e social-democracia.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SÁ, L. M. B. M. Universidade pública e relações solidárias de produção do conhecimento científico. In: Laudemir Luiz Zart et al. (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidária.** Série Sociedade Solidária. V. 3 (2009). Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2009. 228 p.

SANTOS, C. A. **Educação do campo e políticas públicas no Brasil.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2009.

SANTOS, D. C.; DALBIANCO, V. P. **Agricultura Familiar seu Desenvolvimento através das Políticas Públicas.** In https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/14850/seer14850.pdf. Último acesso 09/09/2022.

SQUAREZI, S. B.; SQUAREZI, T. T.; JUSTEN, G. S.; BARBOSA, A. P. **Construção Participativa de projetos produtivos junto à Juventude Camponesa em Assentamentos.** In: V Encontro Nordestino de Incubadoras de Economia Solidária (ENIES). Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte-CE, de 12 a 15 de outubro de 2016. Anais GT 3: Metodologias, práticas de ensino e extensão para economia solidária. V ENIES: Juazeiro do Norte, CE., 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B2XSQkhlCIBaTm9vQ3ZVNktnNms/view>>. Acesso em: 27 dez. 2016

SILVA, Vicente de Paulo Borges Virgolino da. **A formação de valores cooperativos e as transformações nas práticas educativas: um estudo de caso de educandos da Licenciatura em Educação do Campo da UnB, no assentamento Itaúna – GO.** 2012. 273 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

VAILANT, C. **Empreendimentos Econômicos Solidários.** In do Caderno Pedagógico I. Educação do Campo. Formação e Desenvolvimento Comunitário. Editora UNEMAT, 2011, Série Sociedade Solidária, Volume 1, Nº 1.

ZART, L. L. **Socioeconomia Solidária.** In Caderno Pedagógico I. Educação do Campo. Formação e Desenvolvimento Comunitário. Editora UNEMAT, 2011, Série Sociedade Solidária, Volume 1, Nº 1.